

REVISTA DO CAAP
2009/1

EDITORA ATUALIZAR
BELO HORIZONTE – 2009
IMPRESSO NO BRASIL - PRINTED IN BRAZIL

Editores-chefe:

Hermano Martins Domingues
Gabriel Faria Bernardes

Editores-associados:

Carolina Penna Nocchi
Cíntia de Freitas Melo
Daniel Carvalho Ferreira
Gustavo Silveira Siqueira
Leonardo Militão Abrantes
Marcelo Barros Bitarães
Rayssa Thainá Moreira Dolabella

Conselho Consultivo Externo:

Prof Msc Adamo Dias Alves
Profa Dra. Adriana Campos Silva
Prof Dr. Alexandre Travessoni Gomes
Prof Dr. Antônio Álvares da Silva
Prof Dr. Bruno Wanderlei Júnior
Prof Dr. César Augusto de Castro Fiuza
Profa Dra. Daniela de Freitas Marques
Prof Msc Décio de Abreu e Silva Júnior
Prof Msc. Edgard Audomar Marx Neto
Prof Msc Felipe Neiva Volpini
Prof Dr. Fernando Gonzaga Jayme
Profa Dra. Gabriela Neves Delgado
Prof Dr. Giordano Bruno Soares Roberto
Profa Msc Giuliana Magalhães Rigoni

Prof Dr. José Marcos Rodrigues Vieira
Prof Dr. Luís Augusto Sanzo Brodt
Prof Dr. Marcelo Andrade Cattoni de
Oliveira
Profa Dra. Maria Tereza Fonseca Dias
Profa Dra. Maria Fernanda Salcedo
Repolês
Profa Dra. Miracy Barbosa de Sousa
Gustin
Profa Dra. Misabel de Abreu Machado
Derzi
Prof Dr. Onofre Alves Batista Júnior
Prof Dr. Rodolfo Viana Pereira
Prof Dr. Werther Botelho Spagnol

COPYRIGHT © BY

Editora Atualizar

Av. do Contorno, 6777 – Loja 9 – Santo Antônio
CEP 30110-043 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Telefax: (31) 2535-5454
www.editoraatualizar.com.br

Esta obra não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, por qualquer forma ou meio, sem a expressa autorização do autor e da editora.

APRESENTAÇÃO

O Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP), instituição centenária representativa dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, detém, em sua Revista oficial, a mais alta expressão da intelectualidade acadêmica dos discentes de graduação e de pós-graduação da “Casa de Afonso Pena” e de outras Faculdades da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pela longa trajetória e contínua publicação de alta qualidade, a Revista do CAAP conquistou destaque e referência entre os discentes da comunidade jurídica nacional.

E para manter sua excelência acadêmica, a Revista do CAAP oferece ao leitor uma temática rica e variada, abordando assuntos relacionados ao estudo da Filosofia do Direito, da Ciência Jurídica, da Dogmática Jurídica e de outras tantas áreas do conhecimento que, direta ou indiretamente, guardam conexões com o Direito.

E mais uma vez, o CAAP honra a sua tradição político-representativa e acadêmica ao trazer ao público esta nova edição da sua já consagrada Revista. Neste volume, que corresponde ao primeiro semestre de 2009, estão publicados vinte artigos rigorosamente avaliados e selecionados pelo seu Conselho Editorial, dentre vários excelentes artigos apresentados.

Os assuntos abordados nestes vinte artigos alcançam diversos temas de interesse da comunidade acadêmica, relacionados à Filosofia do Direito, à História do Direito, à Ciência do Direito, ao Direito Comparado, à Teoria do Estado, à Teoria Constitucional, ao Direito Público, ao Direito Privado, e ao Direito Internacional. Além disso, aspectos concernentes à Teoria Política e à Sociologia, relacionados a questões jurídicas, mereceram especial atenção em alguns dos artigos selecionados.

O objetivo desta publicação foi o de oferecer ao leitor não só a excelente qualidade dos textos, mas também a diversidade dos temas. Portanto, a Revista do CAAP reafirma a sua vocação de

periódico tradicional de veiculação do pensamento jurídico e das aspirações democráticas dos discentes da “Casa de Afonso Pena” e de toda a UFMG, berço de excelência acadêmica e profissional.

Nesse contexto, a Revista do CAAP, cuja edição inaugural data de 1921, continua a ser o locus sacer para a primeira publicação dos nossos discentes e registra, para cada autor, o início de uma carreira de sucesso e de projeção no mundo das idéias e da práxis jurídica. Além disso, a Revista mantém-se fiel à sua tradição democrática e de apreço ao pluralismo e à riqueza do pensamento jurídico mineiro, no cenário nacional.

E é com o mais profundo respeito e admiração a este imenso acervo de artigos publicados nesta Revista desde a segunda década do século XX, que saúdo os autores aqui escolhidos e que aproveito para conclamar todos os nossos discentes a manterem acesa a chama do conhecimento pela publicação de seus estudos, reflexões, opiniões e ideais jurídicos.

Que esta já quase nonagenária revista continue a servir de inspiração para a vocação acadêmica e literária dos jovens discentes desta centenária “Casa de Afonso Pena”.

nossa Belo Horizonte, MG
dezembro de 2009
Prof. Márcio Luís

REVISTA DO CAAP DE NÚMERO XVII

Assumimos a tarefa da chefia do Corpo Editorial da Revista do CAAP sabendo que ela passava por grandes problemas, que nos trouxeram uma grande responsabilidade: enfrentar a verdadeira crise por que passa todo o movimento editorial e de divulgação da pesquisa na Faculdade de Direito da UFMG.

Desde o início do ano, a todo tempo, fomos cobrados pelas edições anteriores da Revista, que ainda não tinham sido publicadas, e marcados pelo conseqüente descrédito tanto dos alunos como do próprio CAAP no veículo.

Não deixamos os problemas nos abalarem e, com muita labuta, em um serviço sempre árduo, trabalhoso, mas, ainda assim, compensador, fomos, dia após dia, lançando editais, recebendo e distribuindo artigos, buscando informações sobre o trabalho editorial e nos surpreendendo ao ver nosso trabalho ganhar corpo e, agora, vida com a publicação.

Este ano foi realizada uma modificação no Regimento Interno para, se julgar conveniente o Corpo Editorial, poder receber artigos não só da Faculdade de Direito, mas de toda UFMG, desde que relacionados ao Direito. Com esta mudança tivemos em mente “arejar” o discurso com a presença da opinião de outras áreas sobre o Direito e tivemos importantes contribuições da FA-FICH e de outras Faculdades da UFMG. Com a maior divulgação no Campus temos certeza que a visibilidade da Revista dentro da UFMG também foi beneficiada. Buscávamos, também, abrir possibilidade de maior diálogo e integração com o novo curso de Ciências do Estado, implementado pelo REUNI na Faculdade de Direito no corrente ano.

Tínhamos outro grande impasse para resolver: a divulgação da Revista. Apesar de ser um veículo tradicional na Faculdade de Direito, com mais de 16 edições, por ter o número de exemplares bastante reduzido e, até então, nunca ter sido comercializado e,

portanto, adquirido pelos alunos externos ao CAAP e Corpo Editorial, ela ainda é pouco conhecida no meio acadêmico e até mesmo entre os alunos da casa.

Para enfrentar o problema, que ainda demorará um pouco mais para ser solucionado, realizamos uma parceria muito proveitosa com a editora Atualizar, em que buscamos dar maior visibilidade para a Revista e que seja esboçado um projeto de comercialização da mesma; projeto este não visando lucro, mas permitir que não só os alunos pesquisadores tenham acesso ao conhecimento produzido na casa, mas também os outros alunos da Faculdade de Direito, da UFMG, professores da casa e o meio jurídico como um todo tenham acesso às edições e, conseqüentemente, à pesquisa jurídica principalmente da graduação da UFMG.

O método de avaliação da Revista buscou ser o mais neutro e justo possível. A classificação dos artigos foi feita pelas notas obtidas e estas foram dadas de forma criteriosa, seguindo um roteiro para parecer que foi utilizado tanto pelos professores quanto pelos membros do corpo editorial. Outros métodos para garantir a imparcialidade foram utilizados, como o convite também de professores externos à UFMG e o emprego da avaliação cega, em que apenas os editores-chefes conheciam os autores dos artigos, mas não participavam de nenhum processo de avaliação.

Finalmente, estão em fase de implementação projetos de aprimoramento da Revista no médio e longo prazo, um compromisso que assumimos com as futuras gerações. Neste contexto pode-se destacar as reformas pelas quais se visa à obtenção do Qualis pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), requisito importante para o reconhecimento da qualidade de um periódico e para futuro apoio por agências de fomento de pesquisa.

Agradecemos aos Professores do Conselho Consultivo Externo que, mesmo que já muito atarefados com suas atividades acadêmi-

cas e profissionais, se disponibilizaram a participar conosco dessa empreitada, demonstrando não só seu carinho e atenção pelo CAAP, mas sua postura de verdadeiros mestres das novas gerações.

Agradecemos especialmente à editoria Atualizar, nas pessoas de Émerson Bruno, do Celso e do Professor Márcio Luis, que, em todos os momentos que necessitamos, nos atenderam com muito carinho e disposição e nos ensinaram sempre com paciência sobre o difícil trabalho editorial.

Pedimos, ao final, que às próximas gestões do CAAP que preservem o espírito da Revista e prezem sempre por seu bom funcionamento, imparcialidade e se empenhem para seu aprimoramento. É importante ver este periódico não apenas como mais um dos muitos projetos conduzidos pelos caapianos, mas como um meio de divulgação da pesquisa jurídica de muitos que serão futuros mestres da UFMG. A Revista torna-se, então, um dos pilares da “missão acadêmica” do CAAP com o Direito e com o futuro da Faculdade de Direito da UFMG.

Esperamos que o trabalho seja continuado com afinco para que, com o tempo, a qualidade da Revista do CAAP seja não obtida, pois estamos certos do talento dos alunos que se empenharam e tiveram seus artigos selecionados, mas reconhecida pela UFMG e pelo meio jurídico.

Hermano Martins Domingues
Gabriel Faria Bernardes
Editores-chefe

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 3 |
| Conceitos ambíguos para fenômenos ambíguos: o direito, o poder e a violência em Walter Benjamin e Hannah Arendt..... | 7 |
| Philippe Rolla De Caux | |
| O Conceito Moderno de Constituição e a Teoria do Poder Constituinte: Origens e Desenvolvimento..... | 33 |
| David Francisco Lopes | |
| Vida e morte de um projeto bandeirante: Alcântara Machado e o Código Penal de 1940..... | 61 |
| Mariana Silveira Moraes | |
| Descentralização de políticas sociais no federalismo brasileiro: revisitando problemas de coordenação e autonomia | 89 |
| Do respeito à dignidade e à vida do embrião humano fertilizado <i>in vitro</i> | 119 |
| Pedro Lucas de Moura Palotti | |
| Sobre a tortura e sua configuração jurídica e fática no Brasil | 161 |
| Jessica Oniria Ferreira de Freitas | |
| Um olhar à Lei de Imprensa: perspectiva histórica, social e constitucional da mídia e da Lei 5.250/67 | 189 |
| Cintia de Freitas Melo e Clara Coutinho | |
| Os Direitos Autorais sob a ótica da constitucionalização do Direito Civil..... | 211 |
| Geraldo Afonso Veloso Junior | |
| A gestão democrática no processo da regularização fundiária..... | 227 |
| Luiza Sabino Queiroz e Paulo Henrique Drummond Monteiro | |

| | |
|---|-----|
| Análise da legitimação ativa do eleitor na ação de impugnação ao mandato eletivo | 255 |
| Rafael Soares Duarte de Moura | |
| Da incidência (ou não) do ISS e do ICMS sobre o software no regime tributário brasileiro..... | 269 |
| Jacqueline Mayer da Costa | |
| Os efeitos recursais e a causa madura: implicações e limitações... | 293 |
| Pilar de Souza Paula Coutinho Elói | |
| A terceirização trabalhista no Brasil: aspectos gerais de uma flexibilização sem limite | 319 |
| Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz | |
| A responsabilidade civil: a teoria da perda de uma chance..... | 345 |
| José Afonso Neto | |
| A responsabilidade civil do advogado..... | 363 |
| Thiago Aguiar Simim | |
| As vítimas e o Direito Penal Internacional: por uma participação fundada na teoria do reconhecimento..... | 399 |
| Gabriel Resende de Souza Pinto | |
| O status das normas internacionais no direito interno: um estudo comparado entre Brasil e Portugal | 431 |
| Larissa Campos de Oliveira Soares | |
| A lei-modelo de arbitragem comercial internacional da Uncitral e a lei brasileira de arbitragem..... | 459 |
| Daniel Machado Coelho Barbosa | |
| Notas acerca da arbitralidade de litígios surgidos no âmbito de contratos administrativos..... | 487 |
| Bruno Braz de Castro | |
| O Romanismo nas origens da cultura jurídica brasileira..... | 517 |
| Saulo de Oliveira Pinto Coelho | |